

POLÍTICA

PACOTE DE SARTORI

Fundações geram debate mais tenso

Votação da extinção de seis fundações provocou a mais longa discussão em torno das medidas do governo

A proposta de extinção de seis fundações históricas do Rio Grande do Sul (Zoobotânica, Cientec, Fundação de Economia e Estatística, TVE, Metroplan e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos), contidas no PL 246/16, rendeu discussões e bate-boca, ontem, entre deputados de oposição e aliados do governador José Ivo Sartori no plenário da Assembleia, apesar dos governistas terem feito o possível para se manterem em

silêncio no plenário.

O segundo dia de discussões dos projetos do ajuste fiscal enviado pelo Piratini foi ainda mais tenso do que o ocorrido nas votações da segunda-feira e na madrugada de terça-feira, quando foram aprovadas a extinção da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), o projeto que reduziu as atuais 20 secretarias para 17, e a restrição da cedência de servidores da segurança para municípios e prefeituras.

O combustível para o clima de enfrentamento em plenário foi a defesa do trabalho científico prestado pelas fundações, que cessará com a aprovação dos projetos. “Não há como negar a importância e seu significado para o RS destas fundações. Todas são estratégicas”,



Deputada Juliana Brizola tentou impedir prejuízos aos trabalhadores

bradou o deputado Pedro Ruas (PSol). O deputado estadual Gilberto Capoani, líder da bancada do PMDB, respondeu. “Não vamos entrar no jogo da oposição, mas alguém tem que vir aqui para dizer que não aceitamos pro-

vocações. Hoje pagamos pela demagogia, pela irresponsabilidade do governo anterior”, disse. A seguir respondeu ao deputado Nelsinho Metalúrgico (PT), que teria falado na ausência de pobres nas discussões: “Não costum-

mo distinguir quem é pobre e rico, mas tem muito milionário defendendo a família riquíssima do Lula”, provocou.

Os partidos de oposição argumentaram também que a extinção das fundações não seria mais necessária com a aprovação pela Câmara dos Deputados, ontem, da renegociação da dívida dos estados. “Apenas um mês do que deixará de ser pago pelo Estado à União é suficiente para manter quase todas as fundações por três anos”, afirmou a deputada Stela Faria (PT).

Próximo das 23 horas, após mais de sete horas de discussões, a oposição ainda se revezava na tribuna e nenhum projeto havia ainda sido apreciado. Apenas um requerimento de preferência, proposto pelos governistas, havia sido aprovado.

SINDILEI
SINDICATO DOS LEILOEIROS OFICIAIS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMUNICADO

O Sindicato dos Leiloeiros Oficiais do Rio Grande do Sul - SINDILEI/RS, visando a transparência e ética profissional da categoria, informa as exigências mínimas legais, introduzidas pelo Novo CPC/2015 e pela Resolução 236 do CNJ, para a realização de leilões no âmbito do Poder Judiciário (Justiça Estadual, Federal e Trabalhista):

Exigências Legais Mínimas

- 1) Realização de leilões **exclusivamente** por leiloeiros credenciados perante o órgão judiciário (Art. 1º, Resolução 236 CNJ);
- 2) Designação de Leiloeiro Oficial com exercício profissional de no mínimo **três (03) anos da atividade** (Art. 2º Res. 236 CNJ);
- 3) O leiloeiro **deverá** dispor de imóvel destinado à guarda e conservação de bens removidos (Art. 2º, §1º, I, Resolução 236 CNJ);
- 4) Possuir infraestrutura para realização de leilões judiciais eletrônicos, nos conformes do Art. 5º, XI, Resolução 236 CNJ;
- 5) Possuir Certidão de Regularidade Sindical;

E demais requisitos constantes na lei e na resolução do CNJ.

Para maiores informações: www.sindileirs.com.br

Banco desconta 13º antecipado

Servidores públicos que anteciparam durante o ano o 13º salário através de linha de crédito do Banrisul, contando com que o valor correspondente fosse depositado pelo governo no dia 20 de dezembro, como determina a Constituição, foram surpreendidos ontem com o desconto integral do valor em suas contas.

O débito dos valores antecipados sem o correspondente depósito nas contas do funcionalismo deixou zeradas e - até no negativo - as contas bancárias de muitos funcionários públicos.

O Banrisul anunciou, através de nota, que o funcionário público que antecipou o 13º salário deve procurar a sua agência para negociar nova linha de crédito. O banco informa que abriu duas linhas de créditos: uma de empréstimo consignado, com juros baixos, e outra para quem já quer antecipar o 13º de 2017.

O Banrisul alertou que, apesar de o Estado ser o controlador, o banco é regido pelas normas do Banco Central, ficando obrigado a cobrar a operação de crédito no dia previsto pelo contrato.

INCENTIVOS FISCAIS

Lara defende criação de CPI

As discussões sobre o pacote de ajuste fiscal tiveram uma pausa ontem com o debate em torno da criação de Comissão Parlamentar de Inquérito sobre incentivos fiscais. Ocupando espaço na tribuna, o deputado estadual Luís Augusto Lara (PTB) defende a necessidade de uma análise sobre as isenções para identificar possíveis irregularidades.

Segundo ele, o RS concede cerca de R\$ 9 bilhões em benefícios a empresas, enquanto que o déficit estadual é de R\$ 2,9 bilhões.